

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo
Brasileiro S.A. - Petrobras)

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstração de Resultado	10
Demonstração dos Resultados Abrangentes	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	13
Demonstração do Valor Adicionado	14
Notas Explicativas	15
1. A companhia e suas operações	15
2. Base de apresentação das demonstrações financeiras	15
3. Sumário das principais práticas contábeis.....	17
4. Estimativas e julgamentos relevantes.....	22
5. Novas normas e interpretações.....	23
6. Contas a receber	25
7. Imobilizado.....	26
8. Partes relacionadas	27
9. Tributos	28
10. Compromissos contratuais	30
11. Benefícios concedidos a empregados	31
12. Patrimônio líquido	32
13. Receita de arrendamento.....	33
14. Outras receitas (despesas) líquidas	33
15. Tributárias	33
16. Custos e Despesas por natureza	34
17. Resultado financeiro líquido	34
18. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa.....	35
19. Processos judiciais e contingências	35
20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	37
Diretoria Executiva.....	39

Relatório da Administração 2018

À
Assembleia de Acionistas
Termomacaé S.A.
Macaé - RJ

Cumprindo preceitos legais e disposições do Contrato Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termomacaé S.A. do exercício social findo em 31/12/2018, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer da KPMG Auditores Independentes.

ASPECTOS OPERACIONAIS

A Termomacaé é proprietária da Usina Termelétrica Mário Lago - UTE MLG, com capacidade nominal instalada de 923 MW de energia elétrica, localizada no Município de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 01/10/2007, a UTE MLG foi arrendada à Petrobras, mediante Contrato de Locação e Outras Avenças, pelo prazo de 3 anos, condicionado ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, dentre elas, a transferência da autorização de Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE.

Por força do Contrato de Locação da UTE MLG para a Petrobras, em 16/10/2007, a ANEEL aprovou a Resolução Autorizativa nº 1.079, transferindo o PIE da Termomacaé para a Petrobras, tornando-se esta a proprietária da energia elétrica gerada pela referida UTE, tendo sido a Termomacaé contratada, pela Petrobras, para operar e manter o ativo, através de um Contrato de Operação e Manutenção (O&M).

Em 01/11/2010, a Termomacaé e a Petrobras assinaram o Aditivo ao Contrato de Locação e Outras Avenças, bem como o Aditivo ao Contrato de O&M. Em 31/10/2012, a Termomacaé e a Petrobras firmaram novos Aditivos aos Contratos de Locação e de O&M, prorrogando o prazo dos mesmos por mais 1.095 dias corridos.

A partir de 14/12/2015, a Termomacaé e a Petrobras decidiram pelo o arrendamento da UTE MLG e assinaram um novo Contrato de Locação e Outras Avenças, pelo prazo de 2 anos, renovável por igual período.

A partir de março/2017, a Administração da Sociedade iniciou negociações com a Petrobras com vista à celebração de um novo Contrato de Locação para a Usina Termelétrica Mário Lago, que, com base na utilização de Laudo de Avaliação independente, culminou na celebração de novo Contrato de Locação, em dezembro de 2017, em novas bases financeiras, corrigidas anualmente com base na variação do IPCA e prazo de vencimento em dez/2019

Em 01/11/2018, o Conselho Deliberativo aprovou a reforma estatutária para adequar o Estatuto Social à Lei 13.303/16, transformando a Termomacaé LTDA em S.A..

ASPECTOS COMERCIAIS

Toda a energia elétrica produzida pela UTE MLG é comercializada pela Petrobras. A energia é disponibilizada no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Com a assinatura do novo contrato, o valor da locação mensal foi majorado de R\$ 2,5 milhões para R\$ 12,3 milhões, representando uma elevação nominal da Receita da ordem de 392%. Com isso, o Resultado Bruto da Companhia passou de R\$ 613 mil em 2017 para R\$ 104.674 mil em 2018.

Despesas Tributárias

Em 26/05/2017, baseado no parecer dos assessores tributários da empresa, o Conselho Deliberativo deliberou pela adesão da Termomacaé ao Programa de Regularização Tributária - PRT regulamentado pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) nº1.687, de 1º de fevereiro de 2017, e pela Portaria da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) nº 152, de 3 de fevereiro de 2017, que permitiu à Termomacaé quitar débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016, no valor de R\$ 633,6 milhões, pelo pagamento, em 31/05/2017, de 20% do valor total dos débitos indicados, na modalidade à vista, e a liquidação dos valores remanescentes com créditos de prejuízo fiscal adquiridos da Petrobras, conforme Contrato firmado entre as partes em 21/06/2018. Nesse contexto, os resultados de 2017 da Termomacaé foram fortemente impactados pelas Despesas Tributárias.

Ao retirar os efeitos não recorrente, observou-se uma drástica redução das Despesas Tributárias que passou de R\$ 215.089 mil em 2017 para R\$ 882 mil em 2018.

Com isso, o resultado antes do Resultado Financeiro e Impostos passou de prejuízo de R\$ 336.090 mil para lucro de R\$ 84.459 mil, de 2017 para 2018.

Resultado Financeiro

No exercício de 2017, as Despesas Financeiras atingiram R\$ 285.995 mil em função do pagamento de juros e multa de mora referente ao PRT, mencionado no item anterior (Despesas Tributárias). Ao retirar os efeitos não recorrente, verificou-se uma drástica redução das Despesas Financeiras que encerram 2018 em R\$ 149 mil. Com isso, o Resultado Financeiro de 2018 registrou lucro de R\$ 15.982 mil revertendo o prejuízo de R\$ 246.275 mil auferido em 2017.

Lucro Líquido

A combinação do aumento da margem, proveniente da celebração do novo contrato de locação, com a retirada dos efeitos não decorrentes contribuíram para a geração do Lucro Líquido de R\$ 73.709 mil em 2018, revertendo o prejuízo auferido em 2017 de R\$ 698.705 mil.

METAS E INDICADORES

As novas condições contratuais estabelecidas no Contrato de Locação celebrado em 13/12/2017 permitiram o atingimento das Metas e Indicadores em 2018, conforme apresentado na tabela a seguir.

Indicadores	Meta 2018	Realizado
EBITDA (R\$ mil)	23.894	114.670
IRENT (%)	-1%	10%

PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO

Tendo em vista que no fechamento do Exercício 2017, a Termomacaé S.A. registrou prejuízo acumulado de R\$ 647.831 mil, a proposta de Destinação de Resultado apresentada pelos Administradores será destinar o Lucro Líquido de R\$ 73.709 mil auferido em 2018 para absorver Prejuízos Acumulados, conforme disposições legais (Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76).

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

Em atendimento a Lei 13.303/16, em 2018, a Termomacaé S.A. reformou seu Estatuto Social e implementou uma série de Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela *holding* Petrobras.

Tendo em vista as características e atuação restrita da Companhia (o único cliente é a Petrobras), os Projetos Socioambientais da Usina Mário Lago, que se encontra arrendada à Petrobras, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora.

Macaé - RJ, 13 de março de 2019.

Wellington Gomes Lucas
Diretor Presidente

Marcos Gratacós Nóbrega
Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Termomacaé S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termomacaé S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termomacaé S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 8 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	13	Fornecedores		2.336	1.937
Contas a receber, líquidas	6	20.098	11.982	Imposto de renda e contribuição social	9.1	6.891	506.893
Contas a receber - FIDC	6.2	135.222	342.075	Impostos e contribuições	9.1	6.711	6.190
Imposto de renda e contribuição social	9.1	1.328	20.523	Dividendos		-	26.350
Impostos e contribuições	9.1	8.758	7.858	Salários, férias, encargos e participações		6.628	4.182
		<u>165.407</u>	<u>382.451</u>	Compromissos contratuais	10	4.018	4.018
						<u>26.584</u>	<u>549.570</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	37.236	49.956
Depósitos judiciais	19.2	17.129	16.468	Plano de pensão	11	3.796	2.709
Impostos e contribuições	9.1	29.977	30.130	Provisão para processos judiciais e administrativos	19.1	124.222	113.294
		<u>47.106</u>	<u>46.598</u>			<u>165.254</u>	<u>165.959</u>
Imobilizado				Patrimônio líquido			
	7.1	243.163	273.374	Capital social realizado	12.1	837.635	634.015
		<u>243.163</u>	<u>273.374</u>	Prejuízos acumulados		(574.122)	(647.831)
				Outros resultados abrangentes		325	710
						<u>263.838</u>	<u>(13.106)</u>
		<u>455.676</u>	<u>702.423</u>				
						<u>455.676</u>	<u>702.423</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2018	2017
Receita de arrendamento	13	134.826	30.766
Custo do arrendamento	16	(30.152)	(30.153)
Lucro bruto		104.674	613
Despesas			
Gerais e administrativas	16	(7.964)	(5.361)
Tributárias	15	(882)	(215.089)
Outras despesas, líquidas	14	(11.369)	(116.253)
		(20.215)	(336.703)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		84.459	(336.090)
Resultado financeiro líquido	17	15.982	(246.275)
Receitas financeiras		14.248	36.061
Despesas financeiras		(149)	(285.995)
Variações monetárias, líquidas		1.883	3.659
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		100.441	(582.365)
Imposto de renda e contribuição social correntes (PRT)	9.3	-	(134.647)
Imposto de renda e contribuição social	9.3	(26.732)	18.307
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		73.709	(698.705)
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	12.5	0,10	(1,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	73.709	(698.705)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de benefícios definidos	(583)	688
Imposto diferido	198	(234)
	<u>(385)</u>	<u>454</u>
Resultado abrangente total	73.324	(698.251)

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Outros resultados abrangentes		Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido
	Capital subscrito e integralizado	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2017	634.015	256	50.874	19.763	-	704.908
	634.015	256			70.637	704.908
Dividendos adicionais aprovados				(19.763)		(19.763)
Outros resultados abrangentes		454				454
Prejuízo do exercício					(698.705)	(698.705)
Apropriação:						
Absorção de prejuízo com reserva			(50.874)		50.874	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	634.015	710	-	-	(647.831)	(13.106)
	634.015	710			(647.831)	(13.106)
Aumento de capital	203.620					203.620
Outros resultados abrangentes		(385)				(385)
Lucro líquido do exercício					73.709	73.709
Saldos em 31 de dezembro de 2018	837.635	325			(574.122)	263.838
	837.635	325			(574.122)	263.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	73.709	(698.705)
Ajustes para:		
Despesa atuarial de plano de pensão	504	599
Depreciação e amortização	30.211	30.214
Variações monetárias e encargos financeiros	(1.760)	398.177
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(14.221)	(35.908)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(9.209)	(18.307)
Provisão para perdas com processos judiciais	10.928	113.294
Aumento de ativos		
Contas a receber	(8.090)	(7.032)
Outros ativos	(10)	-
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	399	70
Impostos e contribuições	(462.273)	225.242
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.990)	(128.730)
Outros passivos	2.446	5.089
Recursos líquidos utilizados pelas atividades operacionais	(398.356)	(115.997)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de recebíveis de ativos financeiros	221.074	116.009
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos	221.074	116.009
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	203.620	-
Dividendos pagos a quotistas	(26.350)	-
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	177.270	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa do exercício	(12)	12
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Receitas		
Arrendamento e outras receitas	148.717	34.055
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(14.613)	(122.475)
Valor adicionado bruto	134.104	(88.420)
Depreciação e amortização	(30.211)	(30.214)
Valor adicionado líquido consumido pela companhia	103.893	(118.634)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	16.131	36.061
Valor adicionado a distribuir (consumido)	120.024	(82.573)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	22.197	21.332
Participação dos empregados nos lucros ou resultados	2.080	533
Recuperação Pessoal Cedido	(29.168)	(31.903)
	(4.891)	(10.038)
Benefícios		
Plano de aposentadoria e pensão	2.361	1.950
FGTS	1.663	1.871
	4.024	3.821
Tributos		
Federais	47.023	339.996
Estaduais	10	10
Municipais	-	7
	47.033	340.013
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variação cambial e monetária	149	282.336
Quotistas		
Lucros (prejuízos) retidos	73.709	(698.705)
	73.709	(698.705)
Valor adicionado distribuído (consumido)	120.024	(82.573)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A companhia e suas operações

A Termomacaé S.A. ("companhia"), controlada da Petróleo Brasileiro de S.A. - Petrobras, foi constituída em 15 de outubro de 1997 e iniciou suas atividades operacionais em 29 de novembro de 2001, tendo por objeto social a produção independente de energia elétrica, podendo realizar atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de Usinas de geração de energia elétrica e, ainda, a participação no capital de outras sociedades. A Empresa é proprietária da Usina Termelétrica Mário Lago que possui 20 turbinas de geração de energia termelétrica, com capacidade bruta de geração de 923 megawatts (MW).

Em 25 de abril de 2006, a El Paso Energy Cayger II Company (Cayger II) e a El Paso Energy Cayger IV Company (Cayger IV), sócias da companhia até então, ambas localizadas nas Ilhas Cayman, alienaram a totalidade de suas quotas para a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras").

Em 01 de novembro de 2018, conforme ata de reunião dos sócios, foi aprovada a transformação societária da Termomacaé Ltda para sociedade por ações na forma de sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada de Termomacaé S.A.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Contratos de Locação e O&M da Usina

Em 1º de outubro de 2007, foram firmados dois contratos com a Petrobras, um referente à locação da UTE-MLG, e o outro referente à prestação de serviços de Operação e Manutenção da UTE-MLG (O&M). O Contrato de O&M foi encerrado em 30 de setembro de 2014 e o contrato de locação, após alguns aditivos, foi encerrado em 31 de outubro de 2015.

1.2. Novos Contratos de Locação da Usina

Em 14 de dezembro de 2015, foi celebrado contrato de locação da UTE-MLG com a Petrobras, por prazo de dois anos, com condições econômicas atualizadas na época da negociação. Em 13 de dezembro de 2017, foi celebrado o atual contrato, com condições econômicas atualizadas, que prevê pagamentos mensais de R\$ 12.342, corrigidos anualmente com base na variação do IPCA, e tem vencimento em 12 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado por mais dois anos.

O contrato de aluguel da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios de uso da Usina.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 13 de março de 2019, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Práticas contábeis

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras está apresentado na nota explicativa 3.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

2.3. Uso de estimativa e julgamento

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, e são revisadas periodicamente pela Administração.

As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

2.4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2018, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 48 Instrumentos Financeiros, análogo ao IFRS 9 *Financial Instruments* e CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, análogo ao IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers*, não tendo impactos materiais em suas demonstrações com a adoção dessas normas.

2.4.1. IFRS 9 Financial Instruments / CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

As disposições transitórias previstas pelo CPC 48 permite a companhia não rerepresentar suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. A companhia não teve impactos materiais nos valores de seus ativos e passivos resultante da adoção do CPC 48.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, empréstimos e contas a receber e disponíveis para venda.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros

O CPC 48 estabelece que os saldos contábeis de passivos financeiros mensurados a custo amortizado, cujos termos contratuais foram modificados não substancialmente, deve refletir o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (*Impairment*)

O CPC 48 substituiu o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.4.2. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers/CPC 47 Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 substituiu os CPC 17 (R1) Receitas e CPC 30 (R1) Contratos de Construção bem como suas respectivas interpretações. Ao adotar o CPC 47, a companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

As disposições transitórias previstas pelo CPC 47, permite que a companhia adote o pronunciamento retrospectivamente com reconhecimento dos efeitos da aplicação inicial em lucros acumulados. No entanto a companhia não teve impactos materiais nos valores de seus recebíveis de contrato de com seus clientes.

2.5. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.6. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

c) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas no resultado como despesa de vendas.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (*default*)

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

d) Apresentação

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

3.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos dos bens de uso administrativo, deduzido da depreciação acumulada.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas de edificações e benfeitorias (de 25 a 50 anos) e de equipamentos e outros bens (de 5 a 10 anos).

3.3. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os recebimentos são reconhecidos como receita no resultado durante o prazo do contrato.

O contrato de locação da Usina Termoelétrica foi classificado como arrendamento mercantil operacional.

3.4. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos.

Tais impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do exercício que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico, aprovado pela Administração da companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

3.6. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

3.7. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

A receita do contrato de arrendamento é reconhecida no resultado em base mensal, conforme contrato celebrado entre a companhia e sua Controladora.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita do arrendamento, rendimentos de recebíveis de ativos financeiros, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada exercício de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no exercício corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em exercícios anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o exercício, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Termomacáé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 19.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas que anualmente é aprovado pela Administração.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 9.2.

4.4. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

5. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

5.1. *International Accounting Standards Board (IASB)*

IFRS 16 - *Leases* / CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - *Leases* (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - *Leases*; IFRIC 4 - *Determining whether an Arrangement contains a Lease*; SIC-15 - *Operating Leases - Incentives*; e SIC-27 - *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Práticas contábeis

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Com a adoção do IFRS 16, a companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

A despesa financeira poderá ser objeto de capitalização, conforme previsto no IAS 23 - *Borrowing Costs*. As variações cambiais oriundas do saldo de passivos de arrendamento denominados em dólares norte-americanos e que sejam objeto de designação em função das relações de hedge entre as variações cambiais de "exportações futuras altamente prováveis" (item protegido) e as variações cambiais de proporções de certas obrigações nessa moeda, serão diferidas no patrimônio líquido.

A companhia adotará a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento serão mesurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando taxas incrementais sobre empréstimos da companhia na data de adoção inicial, determinadas principalmente os seguintes parâmetros:

- Taxa de juros - curva de *yield* dos *bonds* emitidos pela da companhia;
- Prazo - prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela *duration* do respectivo fluxo de pagamento;
- Garantia - estimativa do impacto da garantia reduzindo sinteticamente o *yield* observado nas curvas de captação da empresa; e
- Ambiente econômico similar - risco de crédito da companhia, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.

Apresentação

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que atualmente são apresentados atualmente como fluxos de caixa das atividades operacionais, serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros. Contudo, essa alteração não irar gera impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia.

Outras questões relevantes

Os efeitos trazidos pelo IFRS 16 serão considerados na métrica financeira Dívida líquida/*Ebitda* ajustado, no entanto, a adoção desse pronunciamento não irá ocasionar em alterações nas práticas de negócio da companhia e metas estabelecidas no Plano de Negócios e Gestão 2019-2023, bem como na necessidade de negociação em cláusulas relacionadas ao nível de endividamento (*covenants*) existentes em determinados contratos de dívida.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A companhia não identificou impactos materiais na aplicação do IFRS 16.

5.1.1. IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC *Interpretation 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments* (IFRIC 23), emitida pelo IASB.

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 - *Income Taxes*, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta Interpretação trata:

- Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;
- Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e
- Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 23, a companhia aplicará os requerimentos retrospectivamente, com o efeito cumulativo da adoção reconhecida na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados. A companhia não identificou impactos materiais na aplicação do IFRIC 23.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2018, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro	IFRIC 23 - <i>Uncertainty over Income Tax Treatments</i>	1º de janeiro de 2019
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 - <i>Leases</i>	1º de janeiro de 2019

6. Contas a receber

	2018	2017
Partes relacionadas (nota explicativa 8.1)	20.073	11.971
Terceiros	39	25
	20.112	11.996
Perdas de crédito esperadas (PCE)	(14)	(14)
	20.098	11.982

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6.1. Partes relacionadas

Representado, principalmente, pelo contrato de arrendamento da UTE-MLG, celebrado com a Petrobras, cujo saldo de R\$ 12.811 (R\$ 6.861 em 2017) corresponde ao reajuste do novo contrato celebrado (nota explicativa 1.2).

Não existem títulos vencidos relacionados ao contrato de arrendamento em 31 de dezembro de 2018.

A exposição da companhia ao risco de crédito associado aos clientes e recebíveis de ativos financeiros está divulgada na nota explicativa 20.3.

6.2. Contas a receber - FIDC

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP que era tratada como "empréstimos e recebíveis", de acordo com o IAS 39 (CPC 38), com a adoção do IFRS 9 (CPC 48), encontram-se classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

7. Imobilizado

7.1. Por tipo de ativos

	Terrenos	Equipamentos e outros bens	Unidades geradoras e de transmissão	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	4.480	176	298.931	303.587
Depreciação		(51)	(30.162)	(30.213)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.480	125	268.769	273.374
Custo	4.480	2.205	1.283.654	1.290.339
Depreciação acumulada		(2.080)	(1.014.885)	(1.016.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.480	125	268.769	273.374
Depreciação		(48)	(30.163)	(30.211)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.480	77	238.606	243.163
Custo	4.480	2.205	1.283.654	1.290.339
Depreciação acumulada		(2.128)	(1.045.048)	(1.047.176)
Saldo em 30 de dezembro de 2018	4.480	77	238.606	243.163
Tempo de vida útil média ponderado em anos	-	10	25	

A estimativa de vida útil econômica das unidades geradoras foi mantida em 2018, tendo como base laudo elaborado por avaliadores internos e está aderente às taxas praticadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

8. Partes relacionadas

8.1. Transações comerciais e outras operações

A companhia segue a política de transações com partes relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	2018	2017
Ativo		
Contas a receber		
Contas a receber por arrendamento (nota explicativa 6.1)	12.811	6.861
Contas a receber por reembolso de pessoal cedido	6.877	4.724
Outros créditos	385	386
	20.073	11.971
Passivo		
Circulante		
Fornecedores, CCCD - Petrobras	860	869
Fornecedores, Outras Obrigações - Petrobras	689	271
Dividendos - Petrobras	-	26.351
	1.549	27.491
	2018	2017
Resultado		
Receita de arrendamento (nota explicativa 13)	148.568	33.914
Compartilhamento de gastos com a controladora (i)	1.124	1.107
Variações monetárias líquidas	-	(192)
	149.692	34.829

(i) Parcela expressiva dos processos administrativos da empresa, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, RH, SMS, Regulatório e Contratações, dentre outros, são conduzidos no âmbito da controladora (Petrobras), suportados por Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas (CCCD). Em virtude dessa sistemática de trabalho, a estrutura de pessoal administrativo da Termomacaé apresenta uma dimensão reduzida.

8.2. Remuneração dos administradores

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Termomacaé S.A.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

9. Tributos

9.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda (iv)	1.328	19.497	2.025	371.696
Contribuição social (iv)	-	1.026	4.866	135.197
No país	1.328	20.523	6.891	506.893

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
PIS e COFINS	2.520	2.222	-	153	-	-
INSS (i)	-	-	29.977	29.977	-	-
Imposto de renda retido na fonte (ii)	6.238	5.636	-	-	-	-
Outros impostos (iii)	-	-	-	-	6.711	6.190
	8.758	7.858	29.977	30.130	6.711	6.190

(i) Refere-se ao INSS retido sobre a prestação de serviço. A parcela de R\$ 29.977 (sem alteração em relação a 2017) do ativo não circulante foi objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

(ii) Refere-se a imposto de renda retido na fonte, pago a maior no exercício de 2016.

(iii) Refere-se, substancialmente, ao PIS e COFINS vinculados ao Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS, que a companhia aderiu em dezembro de 2013, aproveitando-se dos benefícios advindos das Leis nºs. 11.941/09 e 12.249/10, cujos prazos foram reabertos pela Lei nº 12.865/13. A companhia com base no posicionamento de seus assessores jurídicos e tributários, renunciou à discussão de auto de infração de aproveitamento indevido de créditos de PIS e COFINS relacionados ao ano de 2004 na esfera judicial, devido à adesão ao REFIS. A companhia aguarda deferimento do Poder Judiciário para liquidar a obrigação através de depósito judicial (nota explicativa 19.1), mantido no ativo não circulante.

(iv) Em 2017, refere-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício de 2005, vinculados ao Programa de Regularização Tributária - PRT, regulamentado pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 1.687 de 1º de fevereiro de 2017 e pela Portaria da Procuradoria Geral da Fazenda (PGFN) nº 152 de 3 de fevereiro de 2017, pela modalidade de pagamento de 20% à vista, no montante de R\$ 126.723, quitados em 31 de maio de 2017 e saldo de 80% quitado com créditos de prejuízos fiscais, no montante de R\$ 506.893, e liquidando a obrigação na consolidação do programa pela Receita Federal do Brasil. Os créditos de prejuízos fiscais foram adquiridos de sua controladora Petrobras, em 21 de junho de 2018, sendo R\$ 203.620 pago como integralização de capital e o restante com resgate das aplicações de FIDC. A companhia com base no posicionamento de seus assessores jurídicos e tributários, renunciou, na esfera administrativa, a discussão de auto de infração de aproveitamento indevido de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social, relacionados ao ano de 2005, devido à adesão ao PRT.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

9.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Prejuízos fiscais	Diferença depreciação vida útil	Provisão temporária de gastos	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2017	-	(67.429)	146	(746)	(68.029)
Reconhecido no resultado do exercício	21.253	(1.377)	(146)	(1.423)	18.307
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	(234)	(234)
Em 31 de dezembro de 2017	21.253	(68.806)	-	(2.403)	(49.956)
Reconhecido no resultado do exercício	(3.947)	13.378	-	(222)	9.209
Aquisição de crédito de prejuízo fiscal	3.313	-	-	198	3.511
Em 31 de dezembro de 2018	20.619	(55.428)	-	(2.427)	(37.236)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A companhia considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2019 em diante	20.619	57.855
Parcela registrada contabilmente	20.619	57.855
Parcela não registrada contabilmente	57.326	-
Total	77.945	57.855

Em 31 de dezembro de 2018, a companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 190.985. A companhia constituiu crédito de imposto de renda e contribuição social negativa diferidos, no montante de R\$ 20.619, limitado a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes.

A Administração da companhia monitorará a geração de lucro nas operações, a partir da celebração do novo contrato de aluguel, objetivando avaliar a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros.

A companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 125.472, referente ao exercício de 2005, os quais se tornaram não utilizáveis, devido à adesão ao Programa de Regularização Tributária - PRT, em face da desistência de discutir judicialmente a validade do imposto de renda e contribuição social que teria direito caso fosse reconhecido o prejuízo fiscal no referido exercício.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

9.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2018	2017
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	100.441	(582.365)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(34.150)	198.004
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões / (Adições) permanentes, líquidas	(4.512)	(84.806)
Exclusões / (Adições) temporárias, líquidas	(13.431)	(32.747)
Despesa com Programa de Recuperação Tributária	-	(134.647)
Prejuízo Fiscal	25.361	(62.144)
Imposto de renda e contribuição social	(26.732)	(116.340)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.209	18.307
Imposto de renda e contribuição social correntes	(35.941)	(134.647)
	(26.732)	(116.340)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	27%	(20)%

10. Compromissos contratuais

10.1. Condicionantes ambientais - Licença de operação - LO N° IN 003002

Apesar da Usina Termoelétrica Mário Lago (UTE - MLG) encontrar-se locada à Petrobras, a Licença de Operação (LO) encontra-se em nome da proprietária (Termomacaé).

A última renovação da LO ocorreu em 26 de outubro de 2010, tendo sido fixado pelo INEA - Instituto Estadual do Ambiente as seguintes condicionantes ambientais, que se encontram em andamento:

a) Condicionante N° 13 - Realizar o monitoramento contínuo de emissões atmosféricas para cada grupo de quatro chaminés, contemplando os parâmetros velocidade de saída, temperatura, pressão e vazão dos gases — O₂, NO_x e CO —, enviando os dados, em tempo real, para a Central de Dados de Qualidade do Ar do INEA;

b) Condicionante N° 32 - Apresentar semestralmente ao INEA relatório fotográfico e descritivo em meio digital dos projetos de revegetação;

- Após entendimentos entre a Petrobras e o INEA, o Projeto de Revegetação citado na nota 19.2 - Compensação ambiental, além de atender a condicionante 32 da LO N° IN 003002, passou também a atender a Lei 12.651 / 2012, específica para áreas rurais, que determina a criação de uma Reserva Legal.
- Esta área de Reflorestamento / Reserva Legal totaliza 61,24 hectares (conforme Certidão Ambiental CA N° IN033351 expedida pelo INEA em 15/02/2016).

As obrigações existentes relativas à Condicionante Ambiental n° 32, vinculadas à LO, no montante de R\$ 3.328, são de responsabilidade da Termomacaé.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em decorrência do Contrato de Locação firmado entre a Termomacaé e a Petrobras, a Condicionante Ambiental nº 13, vinculada à operação da UTE Mário Lago, é de responsabilidade da Petrobras.

10.2. Compensação ambiental

Em decorrência da Licença de Instalação (L I) da Termomacaé, a empresa possui compromisso de Compensação Ambiental relacionado ao investimento efetuado na construção da Usina Termoelétrica Mário Lago (UTE-MLG).

As obrigações existentes relativas à Compensação Ambiental são no montante de R\$ 690.

11. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	2018	2017
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	3.796	2.709

11.1. Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da Empresa é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O Plano Petros 2 foi implementado pela Empresa, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado no respectivo mês de competência. Em 2018, a contribuição da Empresa para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 1.856 (R\$ 1.456 em 2017).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido esteve suspensa entre 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste exercício foi destinada para conta individual do participante.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2019 são de R\$ 1.197, referente à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2018 é de 42,48 anos.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.2. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido e ao resultado consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

No exercício de 2018, a companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$2.048 de PLR.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 837.635 (R\$ 634.015 em 2017), está representado por 837.635.421 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00.

O aumento refere-se à integralização de capital de R\$ 203.620, deliberado em 03 de setembro de 2018, conforme Ata de Reunião de Sócios Quotistas, como parte da quitação com créditos de prejuízos fiscais adquiridos pela Petrobras referente ao PRT.

12.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, sendo utilizada em 2017 para absorver parcialmente o prejuízo do exercício, conforme determina o parágrafo único do artigo 189, da Lei 6.404/76.

12.3. Dividendos

Os quotistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O Contrato Social prevê que os sócios quotistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Em 30 de janeiro de 2018, a Administração da companhia deliberou sobre o pagamento integral dos dividendos do exercício de 2016, sendo R\$ 6.587 de dividendos mínimos e R\$ 19.763 de adicionais.

12.4. Lucro do exercício

Em 31 de dezembro de 2018, a companhia apurou lucro de R\$ 73.709, o qual foi integralmente destinado para absorção parcial do saldo de prejuízos acumulados.

12.5. Resultado por ação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas	73.709	(698.705)
Quantidade de ações	837.635.421	634.015.421
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,10	(1,10)

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Receita de arrendamento

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta de arrendamento	148.568	33.914
Encargos sobre arrendamento	(13.742)	(3.148)
	<u>134.826</u>	<u>30.766</u>

Receita de arrendamento superior em 2018, em função do aumento do valor do aluguel, a partir de 13 de dezembro de 2017, reflexo da celebração de novo contrato (nota explicativa 1.2).

14. Outras receitas (despesas) líquidas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reembolso de pessoal cedido	1.491	1.451
Provisão para perdas com processos judiciais	(10.928)	(113.294)
Participação nos lucros e resultados	(2.080)	(533)
Compensações ambientais e condicionantes	-	(4.019)
Outros	148	142
	<u>(11.369)</u>	<u>(116.253)</u>

Redução das despesas operacionais líquidas decorre, em grande parte, do efeito positivo, quando comparado com 2018, pela constituição de provisão para perdas com processos judiciais em 2017, principalmente tributárias e cíveis, em função da classificação como perda provável, baseado no posicionamento dos assessores jurídicos da companhia (nota explicativa 19.1).

15. Tributárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Multa de ofício sobre IRPJ e CSLL	-	212.997
PIS e COFINS sobre receita financeira	736	2.019
Outras receitas tributárias	146	73
	<u>882</u>	<u>215.089</u>

Redução das despesas tributárias deve-se ao efeito positivo, quando comparado com 2018, pelo reconhecimento em 2017 da multa de ofício sobre IRPJ e CSLL vinculada ao Programa de Recuperação Tributária - PTR (nota explicativa 9.1) (IV).

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

16. Custos e Despesas por natureza

	2018	2017
Gastos com pessoal (i)	(6.047)	(626)
Depreciação e amortização	(30.211)	(30.214)
Compartilhamento de gastos com a controladora	(1.124)	(1.107)
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(1.339)	(1.361)
Tributárias (ii)	(882)	(215.089)
Provisão para perdas com processos judiciais (iii)	(10.928)	(113.294)
Seguro garantia judicial	-	(940)
Outras	164	(4.225)
	(50.367)	(366.856)
Na Demonstração do Resultado		
Custo de arrendamento	(30.152)	(30.153)
Gerais e administrativas	(7.964)	(5.361)
Tributárias	(882)	(215.089)
Outras receitas (despesas) líquidas	(11.369)	(116.253)
	(50.367)	(366.856)

(i) Variação refere-se ao retorno de pessoal cedido.

(ii) Variação detalhada na nota explicativa 15.

(iii) Variação detalhada na nota explicativa 14.

17. Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Receita com recebíveis de ativo financeiro	14.221	35.908
Juros recebidos de clientes	27	153
Juros e multa de mora sobre PRT	-	(285.972)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	654	998
Atualização de impostos e contribuições a recuperar	1.229	2.614
Atualização monetária sobre fornecedores	-	47
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(149)	(23)
Resultado financeiro líquido	15.982	(246.275)
Receitas	14.248	36.061
Despesas	(149)	(285.995)
Variações monetárias, líquidas	1.883	3.659
	15.982	(246.275)

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O aumento do resultado financeiro líquido deve-se principalmente ao efeito positivo dos juros e multa de mora em 2017 referente ao PRT (nota explicativa 9.1), compensado pela queda na receita financeira com recebíveis, devido à redução da taxa SELIC, que é base para a correção do FIDC.

18. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2018	2017
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	14.405	3.760

19. Processos judiciais e contingências

19.1. Processos judiciais provisionados

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

No período de janeiro a dezembro de 2018, as principais movimentações na provisão para processos judiciais ocorreram pela atualização monetária do saldo provisionado, conforme apresentado a seguir:

- Processos fiscais, destacando-se: declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé Ltda com o saldo negativo de CSLL apurado no ano-calendário 2005;
- Processos trabalhistas, destacando-se: concessão de adicionais e horas extras; e
- Processos cíveis, destacando-se: pleito sobre rescisão de contrato de construção de módulos da planta termoelétrica.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2018	2017
Passivo não circulante		
Processos fiscais	18.828	18.295
Processos trabalhistas	427	22
Processos cíveis (i)	104.967	94.977
	124.222	113.294
Saldo inicial	113.294	-
Adições (Baixas), líquidas	10.928	113.294
Saldo final	124.222	113.294

(i) Refere-se à ação ordinária de cancelamento de protesto de duplicatas emitidas pela companhia sem comprovação de prestação dos serviços alegados, onde ocorreu mudança de expectativa de possível para provável em 2017. Em 2018, o valor refere-se à atualização monetária da ação.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

19.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	2018	2017
Trabalhistas	10	-
Fiscais	17.122	16.468
Outros	(3)	-
	17.129	16.468

No período de janeiro a dezembro de 2018, a movimentação nos depósitos judiciais refere-se aos juros e à atualização monetária.

19.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2018, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa	
	2018	2017
Fiscais	60.616	58.604
Trabalhistas	8.216	6.439
	68.832	65.043

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza fiscal e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	
	2018	2017
Autor: Delegacia da Receita Federal de Macaé		
1) Declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé S.A. com o saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário 2002. O direito creditório utilizado na compensação corresponde ao montante de R\$ 20.500, não foi reconhecido.		
Situação atual: Em diligência na Delegacia da Receita Federal em Macaé	57.109	55.926
2) Processos diversos de natureza fiscal	3.507	2.678
Total de processos de natureza fiscal	60.616	58.604

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa	
	2018	2017
Autores diversos		
1) Concessão de Adicionais e Horas extras.		
Situação atual: Pagamento de AHRA. Aguardando julgamento de AIRR. (i)	6.108	4.524
2) Processos diversos de natureza trabalhista	2.108	1.915
Total de processos de natureza trabalhista	8.216	6.439

(i) AHRA - Adicional de Hora de Repouso e Alimentação; AIRR - Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2018 e 2017 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	13
Contas a receber, líquidas	20.098	11.982
Contas a receber - FIDC	135.222	342.075
Não Circulante		
Depósitos Judiciais	17.129	16.468
	172.450	370.538
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	2.336	1.937
	2.336	1.937

O principal ativo financeiro da companhia é classificado na categoria de Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

20.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contas a receber - FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6.2, está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

20.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da Termomacaé é realizada por seus administradores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

20.3.1. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

20.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Também é representado por contas a receber do arredamento mercantil, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

20.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A companhia utiliza seus recursos principalmente para pagamentos de dividendos. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

20.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio, a Termomacaé transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Termomacáe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

WELLINGTON GOMES LUCAS
Diretor Presidente

MARCOS GRATACÓS NOBREGA
Diretor Administrativo

ROBSON HONORATO
CONTADOR
CRC-RJ 086473/O-7